

Seria uma festa. Tornou-se uma discussão sobre a nova economia.

A adoção — imediata ou não — de uma política de austeridade e controle do déficit público foi o tema dominante no encontro de ontem em homenagem ao diretor do Bamerindus, Marcos Jacobsen, que ficará mais dois anos na presidência da Andima- Associação Nacional dos Dirigentes do Mercado Aberto. O encontro, promovido pela Ancor — Associação Nacional das Corretoras de Valores, lotou um dos salões do restaurante Massimo, na Alameda Santos.

A discussão do momento exato para mudar a política econômica, como promete o governo, relaciona-se com duas questões de ordem política: a aprovação, terça-feira, do regime presidencialista com 5 anos de mandato para os sucessores de Sarney e a possibilidade (ou probabilidade) de que os mesmos 5 anos sejam aprovados na hora da definição sobre as disposições transitórias da Constituinte.

O presidente da CNF — Confederação Nacional das Instituições Financeiras e vice-presidente do Unibanco, Roberto Konder Bornhausen, entende que é este o momento de o governo agir. "Não se deve esperar", adverte Bornhausen, para quem a vitória do presidencialismo na constituinte deve ser seguida por uma política consequente que conclua a negociação externa e atue contra a inflação.

A opção presidencialista foi saudada pelo mercado de capitais e a Bolsa, em São Paulo, mostrou uma alta de 9,6% no Índice Bovespa, que mede o comportamento das 83 ações mais negociadas. A reação indica que no mercado acionário, conta-se com estabilidade nas regras, provavelmente nos próximos dois anos. Porém, antes de votado o mandato de Sarney, a dúvida consiste em saber se o governo adotará já ou adiará a austeridade, que tem custos políticos. (Ao voltar-se contra gastos, criará áreas de atrito, seja com Estados e municípios, seja com funcionários públicos que já iniciam suas campanhas em defesa da URP.)

A política monetária entra nesse quadro como um sinal do que o governo preten-

de fazer. "Mas o principal é a política fiscal", afirmam Bornhausen e o ex-presidente da Andima, Adolpho Ferreira de Oliveira, de quem Jacobsen é o sucessor.

Com a volta da colocação de OTNs, no leilão de terça-feira do Banco Central, cujos resultados foram conhecidos ontem, o governo passou a admitir juros mais altos. Oliveira, porém, entende que isto ainda não caracteriza uma mudança na política monetária que mostra juros negativos no **overnights**. "Ainda não é mudança" — afirmou, prevendo que ela só ocorrerá, de fato, por ocasião da discussão sobre as disposições transitórias — ou seja, o mandato atual.

«Investimentos»

Enquanto Fernando Rosa Carramaschi, presidente da Ancor, defendeu maior liberdade para os setores financeiro e de capitais, o presidente da Andima destacou a necessidade de uma reforma capaz de promover a canalização dos recursos para investimentos produtivos, "invertendo a pirâmide financeira" atual.

Operacionalmente, afirmou, a Andima tem atuado — e, agora, está colocando em funcionamento os Sistemas Nacionais de Debêntures e de Ouro. O de debêntures permitirá que esses papéis lastreiem operações financeiras de curto prazo, o que dependerá de mudanças na legislação fiscal. Quanto ao ouro, a custódia centralizada na Andima poderá tornar esse mercado semelhante ao do Cetip, de custódia dos títulos de renda fixa, com os benefícios da unificação e da segurança para os participantes.

Os problemas maiores, porém, disse Jacobsen, consistem em diferenças regionais e tipos de investimentos. Além disso, notou, "o abuso do mercado aberto e artifícios administrativos têm levado à estatização da poupança".

— Temos que lutar contra a estatização dos mecanismos de captação — criticou o presidente da Andima.

Fábio Pahim Jr.